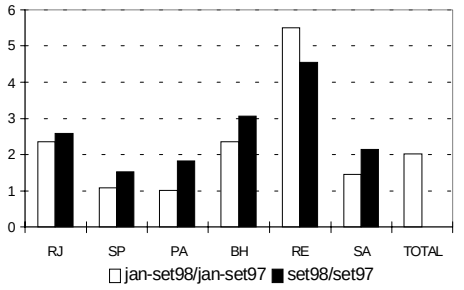
TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

Dando continuidade a uma tendência que já vinha se delineando desde o início deste ano, o crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME (Pesquisa Mensal do Emprego), do IBGE, no terceiro trimestre de 1998 permaneceu bastante acima daquele verificado em 1997. Como decorrência, houve uma mudança significativa na pressão exercida pela oferta sobre o desempenho do mercado de trabalho: enquanto o crescimento, em termos de média anual, do número de participantes no mercado de trabalho metropolitano foi da ordem de 100 mil (o equivalente a 0,5%) em 1997, a média dos primeiros nove meses de 1998 supera em 350 mil (ou 2,2%) o observado no mesmo período no ano anterior (ver Tabela A1.1 no Anexo Estatístico).

Esta expansão, embora tendo ocorrido em toda elas, foi bastante diferenciada ao nível de cada região metropolitana. Como pode ser visto no Gráfico 1, ela foi particularmente expressiva em Recife, tendo atingido a marca de 5,5%, e bastante mais modesta em Porto Alegre e São Paulo (1,0 e 1,1%, respectivamente). Dois pontos emergem desta constatação. Primeiro, dado que São Paulo é por larga margem a maior das seis regiões, o aumento da oferta teria sido mais acentuado caso o crescimento desta na metrópole paulistana fosse mais próximo ao crescimento autônomo da PIA (População em Idade Ativa). Segundo, o peso de São Paulo no conjunto das regiões metropolitanas da PME diminuiu em 0,5 ponto percentual, caindo de 44% em 1997 para 43,5% em 1998.

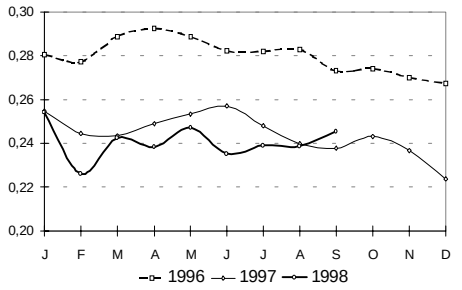
GRÁFICO 1
Crescimento da PEA por Região Metropolitana (%)



Quanto à composição da PEA por sexo, houve também em 1998 uma expansão diferenciada. No que diz respeito às médias dos primeiros nove meses, a PEA masculina aumentou em 110 mil, enquanto a feminina cresceu 240 mil. Com isso a participação das mulheres cresceu 0,6 ponto percentual, passando de 40,2% para 40,8% (ao longo da década o aumento já atinge a casa de dois pontos percentuais).

Na realidade o aumento da oferta de trabalho, conforme discutido em edições anteriores, está basicamente refletindo o crescimento demográfico das metrópoles brasileiras, haja vista que a taxa de participação no mercado de trabalho não tem aumentado em relação a 1997 (e continua abaixo do observado em 1996). Pelo contrário, como pode ser visto no Gráfico 2, na maioria dos meses ela foi ligeiramente inferior à observada no mesmo mês para 1997, o que contribuiu para atenuar um pouco a expansão natural da oferta e diminuir a pressão sobre a geração de empregos do lado da demanda.

GRÁFICO 2
Evolução da Taxa de Participação



NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO

Segundo os dados da PME foram criados, no terceiro trimestre de 1998, mais de 210 mil postos de trabalho. Não obstante, o nível atingido em setembro corrente é apenas ligeiramente superior ao observado há um ano atrás (10 mil postos a mais) e, em termos de média acumulada no ano, até aqui, a situação é oposta (18 mil a menos). Uma vez mais cumpre destacar o comportamento da região de São Paulo, que é a única a apresentar contração do nível de emprego nestas duas bases de comparação (menos 58 mil de setembro a setembro, e menos 74 mil na média acumulada no ano).

GRÁFICO 3
Evolução no Nível de Ocupação (em milhões)

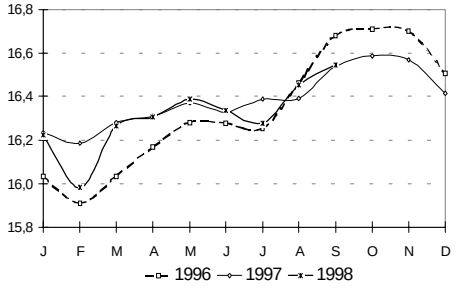
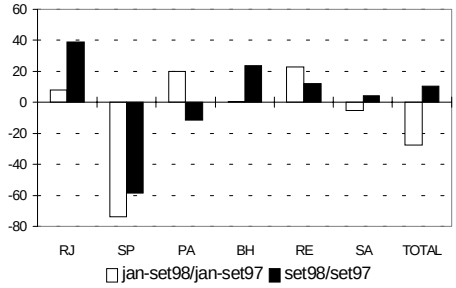


GRÁFICO 4
Variação do Nível de Ocupação por Região Metropolitana (em milhares)



O comportamento da ocupação ao nível de setor de atividade é também bastante heterogêneo. Por um lado, o segmento de Serviços ainda é o que apresenta a maior expansão (mais 156 mil postos de trabalho na média dos primeiros nove meses e mais 170 mil em relação a setembro de 1997), ainda que em ritmo inferior ao dos primeiros anos do Plano Real. Por outro, sem maiores surpresas, a Indústria de Transformação é o setor com a maior redução líquida de empregos (menos 122 mil e menos 156 mil, respectivamente). O fato novo é a contração do emprego no Comércio (cerca de 60 mil em ambas as comparações), um setor que vinha apresentando crescimentos seguidos, embora em ritmo decrescente, desde a implantação do plano de estabilização.

No que tange à composição por sexo, a elevação no último trimestre foi favorável aos homens, que obtiveram 62,5% dos novos postos de trabalho criados neste ínterim. Isto não foi suficiente, todavia, para reverter os ganhos anteriores por parte das mulheres, que nos últimos 12 meses ocuparam 36 mil empregos, enquanto os homens experimentaram uma perda líquida de 43 mil. Com isto as mulheres já respondem, de acordo com as estatísticas mais recentes, por mais de 40% da força de trabalho metropolitana ocupada.

GRÁFICO 5
Variação no Nível de Ocupação por Setor de Atividade (em milhares)

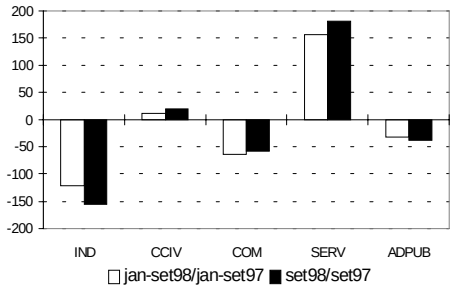
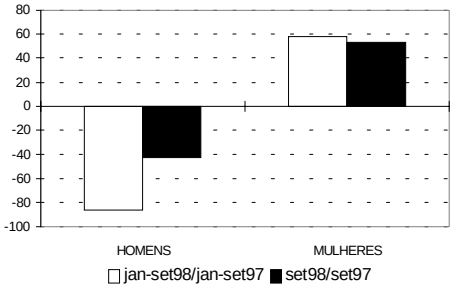


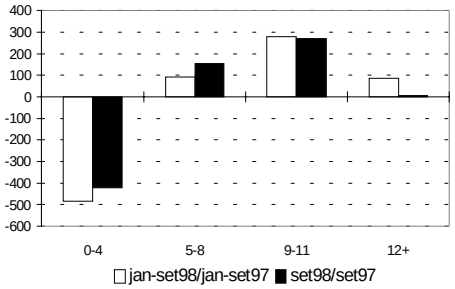
GRÁFICO 6
Variação no Nível de Ocupação por Sexo (em milhares)



Embora haja mudanças na composição da ocupação segundo, praticamente, todos os cortes, a mais marcante é aquela associada ao nível de escolaridade dos trabalhadores. Houve um aumento absoluto no número de postos de trabalhos para todos os grupos de escolaridade, com exceção do menos instruído (0 a 4 anos de estudo), que experimentou uma perda líquida de 440 mil postos (ver Gráfico abaixo). Com isto a sua participação relativa no total da ocupação caiu de 29,4% em setembro de 1997 para 26,9% em setembro do corrente.

Assim, de uma forma admitidamente genérica, pode-se afirmar que a maior parte da das dificuldades quanto à capacidade de

GRÁFICO 7
Variação no Nível de Ocupação por Escolaridade (em milhares)



geração de emprego observada nos últimos tempos deve-se ao desempenho do mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. Quanto à questão da composição da ocupação, ainda que haja indícios de alterações na estrutura setorial, as maiores transformações vêm se processando na composição segundo o grau de escolaridade dos trabalhadores ocupados.

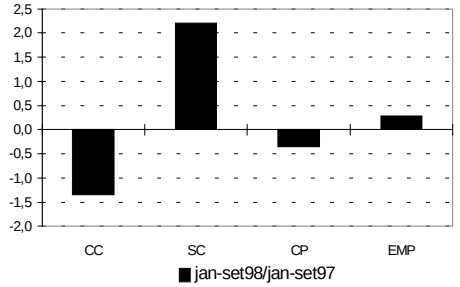
INFORMALIDADE

A trajetória da ocupação nestes últimos meses (no segundo quadrimestre e em setembro), em termos das diferentes formas de inserção no mercado de trabalho, vem mostrando um maior dinamismo das categorias de trabalhadores sem carteira assinada e daqueles que trabalham por conta própria. Embora o contingente com carteira tenha sido acrescido de cerca de 72.000 pessoas, a variação das ocupações ditas informais foi maior, não apenas em termos relativos, mas também em números absolutos.

Comparado com o ano passado, esse avanço da informalidade - no conjunto das seis maiores regiões metropolitanas - fica mais evidente: se forem consideradas as médias dos meses de janeiro a setembro, deste ano e de 1997, observa-se que a redução de 37.000 postos de trabalho, havida no total, se deu – fundamentalmente - em razão de uma redução de 102.000 vagas nos "com carteira", uma vez que a categoria dos "conta própria" teve uma diminuição bem menor (cerca de 13.000 pessoas) e o pessoal "sem carteira" apresentou um aumento de 89.000 trabalhadores. Com isso o indicador mais simples do grau de formalização do mercado de trabalho (a relação entre o número de empregados "com carteira" e o total de ocupados) teve uma perda de pouco mais de meio ponto percentual, passando de 46,61% para 46,06%, em termos das médias dos períodos citados.

Essa perda de participação do trabalho "com carteira" vem se manifestando de forma diferenciada nas diversas regiões: em Porto Alegre, Recife e, em menor medida, São Paulo, o que vem crescendo é o contingente dos "sem carteira", enquanto que, no Rio, são os "conta própria" que crescem mais. Já em Belo Horizonte e Salvador praticamente não houve variação na taxa de formalização entre os dois períodos.

GRÁFICO 8
Variação na Ocupação por Posição na Ocupação (%)



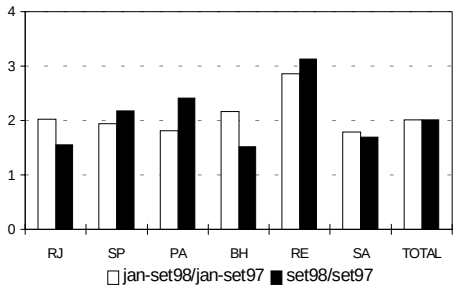
DESEMPREGO

DESEMPREGO ABERTO

A taxa de desemprego metropolitano aberto mensurada pela PME, conforme pode ser verificado no Gráfico da capa, vem se mantendo nos últimos meses próxima ao patamar de 8% e, no mês de setembro último, apresentou uma pequena queda (7,65%). De modo geral, o comportamento desta taxa ao longo de 1998 vem sendo bastante similar ao do ano anterior, embora em um patamar mais elevado: a diferença, mês a mês, ficou - quase que sistematicamente – ao redor de dois pontos percentuais (em termos de média dos três primeiros trimestres, ela foi igual a 2,02 pontos percentuais, passando de 5,80% neste período em 1997 para 7,82% em 1998).

Grosso modo, pode-se dizer que nos últimos sete meses a taxa está estável em torno de 8%, enquanto no mesmo período de 1997 ela encontrava-se estável ao redor de 6%. Além disso, embora tenha havido maiores oscilações ao nível das regiões metropolitanas, vale destacar que esta mudança de patamar é relativamente homogênea ao longo delas (a exceção fica por conta de Recife onde, como visto anteriormente, o aumento da PEA foi bastante acima da média).

GRÁFICO 9
Variação da Taxa de Desemprego por Região Metropolitana (%)

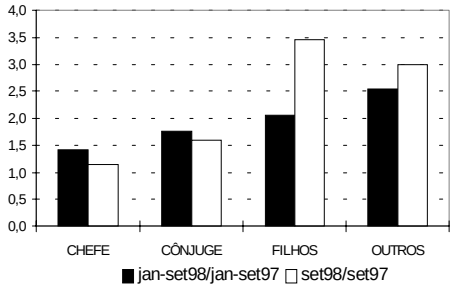


Em relação à incidência diferenciada do desemprego entre os distintos grupos sócio-econômicos, algumas observações são dignas de nota. Primeiro, o diferencial da taxa de desemprego entre homens e mulheres tem aumentado em tempos recentes, tendo passado de 1,0 ponto percentual na média de janeiro a setembro de 1997

para 1,5 ponto percentual no mesmo intervalo em 1998; o que revela que as mulheres têm sido mais atingidas pelo recrudescimento do desemprego este ano.

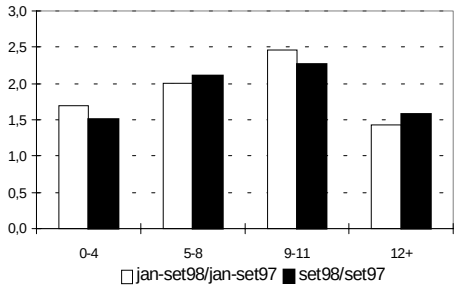
Quanto à posição na família, têm-se que a elevação foi bastante acentuada entre os filhos (mais de 3 pontos percentuais) e de menor monta entre os chefes de família (1,4 ponto percentual), enquanto para os cônjuges ela ficou próxima à média total (para este grupo o aumento foi de 1,8 ponto percentual). Combinando esta evidência com a de que as taxas de desemprego cresceram mais entre os jovens (conforme já destacado na edição anterior, as taxas de desemprego, ao contrário do que muitas vezes é propalado, são declinantes com a idade – ver Tabela A.4.5, no Anexo Estatístico)), parece razoável concluir que, em boa medida, foram os membros secundários da família que se mostraram mais vulneráveis ao desaquecimento do mercado de trabalho.

GRÁFICO 10
Variação na Taxa de Desemprego por Posição na Família (%)



Uma das constatações mais intrigantes que pode ser feita a partir das informações da PME é que, apesar de experimentarem um significativa redução no nível do emprego, a categoria de trabalhadores com baixa escolaridade apresenta taxas de desemprego inferiores àquelas com escolaridade média, além de terem sido relativamente menos afetados em tempos recentes (ver Tabela A.4.6, no Anexo Estatístico). Isto significa que a participação deste grupo na PEA total diminuiu/vem diminuindo. Aparentemente este fenômeno deve-se tanto a uma redução da taxa de participação dos menos instruídos, o que poderia ser interpretado como uma forma de desalento face às crescentes exigências por maiores níveis de qualificação, e também à própria diminuição deste grupo na PIA, o que estaria refletindo um aumento da escolaridade da população. As conotações opostas que podem ser emprestadas aos significados destes dois movimentos estimulam investigações mais detalhadas a respeito do que está de fato ocorrendo com a oferta de

GRÁFICO 11
Variações na Taxa de Desemprego por Escolaridade (%)



trabalho desta categoria, de modo a identificar qual deles é predominante.

Em relação à incidência do desemprego por setor de atividade, o ponto a destacar é que a Indústria de Transformação, que desde há muito vinha sendo, por boa margem, o setor com maiores taxas de desemprego, nos últimos meses vem sendo acompanhada de perto, e por vezes ultrapassada, pela Construção Civil e pelo Comércio. Com isso, do contingente total de desempregados, o percentual proveniente da indústria atingiu - em maio último - seu ponto de mínimo na década: 18,96% (a média em 1991, a título de ilustração, foi igual a 30,25%).

As informações acerca do número de meses da duração do desemprego e do tempo sem trabalhar (Tabelas A.4.12 e A.4.13) revelam que, nos dois últimos meses, aumentou de forma significativa a proporção dos desempregados que estavam nestas condições por mais de 6 meses, atingindo níveis próximos a 40% e 50%, respectivamente. Logo, o desaquecimento do mercado, além de elevar as taxas desemprego, pode estar afetando de forma mais intensa alguns grupos específicos de trabalhadores.

DESEMPREGO OCULTO

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Fundação Seade/DIEESE), o desemprego oculto por desalento em São Paulo aumentou ligeiramente nos últimos meses, tendo atingido a marca de 2,0%. Quanto ao desemprego oculto por precariedade, que havia experimentado uma elevação de 0,5 ponto percentual no primeiro semestre deste ano, a indicação dos últimos três meses é de estabilidade em torno de 4,8%. Ao se proceder à comparação da média dos três primeiros trimestres de 1998 com os de 1997, observa-se uma elevação de 5,3% para 6,5%, o que corresponde praticamente à metade do crescimento do desemprego total captada por aquela pesquisa.

SEGURO DESEMPREGO

No período maio-agosto deste ano, o número de requerentes do seguro desemprego foi de 1.449 mil pessoas, o que significou um decréscimo de 5,1% sobre o primeiro quadrimestre. A quantidade de segurados habilitados, por sua vez, teve uma redução um pouco maior, da ordem de 5,3%, na comparação desses mesmos dois períodos, atingindo, no segundo quadrimestre, a cerca de 1.416 mil trabalhadores.

Com esses números, a taxa de habilitação prosseguiu na sua trajetória de queda, alcançando o percentual de 97,7%.

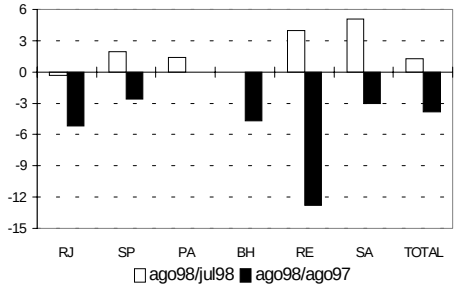
Na comparação com os primeiros oito meses de 1997, as variações ocorridas este ano foram, respectivamente, de –1,24% e –1,80% para o número de requerentes e de segurados, com a taxa de habilitação caindo de 98,41% para 97,84%.

Quanto ao valor médio dos benefícios concedidos, embora ele venha caindo ligeiramente, em termos de múltiplos do salário mínimo (1,585 nos primeiros quatro meses deste ano e 1,543 no segundo quadrimestre), seu valor real está aumentando, em função do comportamento dos preços: com a deflação dos últimos meses esse valor passou de R$169,50, em maio, para R$172,80 em agosto, a preços constantes de dezembro de 1995.

RENDIMENTOS

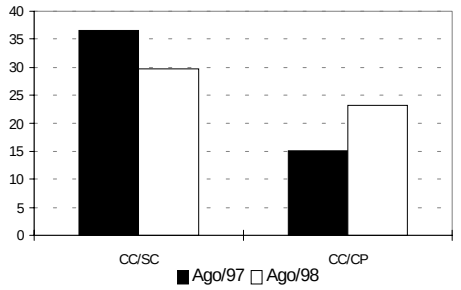
Os resultados da última Pesquisa Mensal do Emprego revelam que, após um prolongado período de queda quase que contínua, o rendimento médio nas regiões metropolitanas apresentou uma recuperação de 1,3%. Não obstante, como pode ser visto no Gráfico da capa, este crescimento foi insuficiente para neutralizar as perdas dos meses anteriores, de tal forma que, tomando-se agosto de 1997 como base de comparação, permanece existindo uma perda acumulada de 3,8%. Em termos individuais, as seis regiões metropolitanas apresentaram um padrão semelhante ao agregado, com exceção do Rio de Janeiro, onde houve queda no mês da pesquisa, e de Porto Alegre, onde o rendimento real não caiu em relação ao de um ano antes (vale chamar a atenção para a grande redução observada em Recife neste período).

GRÁFICO 12
Crescimento da Renda Real por Região Metropolitana (%)



Quanto à forma de inserção no mercado de trabalho, os últimos meses foram pautados por tendências opostas na evolução dos diferenciais de rendimento entre trabalhadores do setor formal vis-à-vis o informal. Por um lado, o diferencial entre os empregados com carteira de trabalho e aqueles sem carteira vem diminuindo, tendo atingido 29,7% em agosto último, contra 36,5% em agosto de 1997 (além disso, essa última categoria não sofreu perdas absolutas no intervalo de tempo considerado). Por outro, os trabalhadores por conta própria vêm perdendo terreno: o diferencial em favor dos empregados com carteira, que era de 15,1% em agosto do ano anterior, chegou a 23,2% na última pesquisa.

GRÁFICO 13
Diferencial de Rendimento Real por Posição na Ocupação (%)



Outras observações a serem feitas a respeito do comportamento recente dos rendimentos reais são:

- embora com um desempenho mais favorável no terceiro trimestre, o rendimento médio dos homens diminuiu em relação ao das mulheres no espaço dos últimos 12 meses: o diferencial pró homens, que era de 59% em agosto de 1997, caiu para 56% em agosto deste ano;
- a razão entre os rendimentos dos trabalhadores mais educados (mais de 12 anos de estudo) e os daqueles com menor escolaridade (0 a 4 anos de estudo), que vinha aumentando ao longo ano - a média dos primeiros oito meses passou de 4,38 em 1997 para 4,55 em 1998, caiu no último mês para 4,40;
- dentre os grandes setores de atividade, o Comércio e a Construção Civil sofreram as maiores perdas de renda, mas estas foram pequenas na Indústria de Transformação e no segmento de Serviços, en-

quanto a Administração Pública obteve uma pequena elevação.

PRODUTIVIDADE

No primeiro semestre deste ano a produtividade média do trabalhador na Indústria de Transformação experimentou um crescimento de 5,08% sobre aquela de igual período de 1997, resultado sensivelmente mais modesto os dos dois últimos anos. Ainda segundo os dados elaborados a partir da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, no conceito de produtividade-hora essa variação foi maior, apresentando um incremento de 6,72%

Em termos da produtividade do trabalhador, os ramos que experimentaram os aumentos mais expressivos foram Material de Comunicação, Química , Matérias Plásticas, Fumo, Borracha, e Têxtil. Já na produtividade-hora, os ramos com maior aumento foram, além dos anteriores (à exceção de Têxtil), Papel e Papelão, Vestuário e Calçados, e Alimentação.

ATIVIDADE SINDICAL

No primeiro semestre deste ano, o número de greves no país, segundo o cômputo feito pelo DIEESE, foi de 298, o que representou um decréscimo de 19% frente à quantidade de movimentos paredistas ocorridos nos primeiros seis meses de 1997. O número de grevistas envolvidos nos movimentos em que esse cálculo pôde ser feito, contudo, quase dobrou, passando de 343 mil para 679 mil, fenômeno que pode ser atribuído às greves ocorridas nas universidades federais nos meses de fevereiro a maio. Em função disso quase triplicou a quantidade de trabalhadores-hora parados que, de 20.897 mil passou para 60.167 mil.